

## **“O bom uso das feridas da memória”**

Publicado em: *Les résistances sur le Plateau Vivarais-Lignon (1938-1945); Témoins, témoignages et lieux de mémoires. Les oubliés de l’histoire parlent*, Editions du Roure, 2005

*Por ocasião das jornadas de estudo organizadas nos dias 5 e 6 de Julho de 2002 por Sivom Vivarais-Lignon em colaboração com a Société d’Histoire de la Montagne, Paul Ricoeur dirigia aos conferencistas e participantes as seguintes palavras:*

“Caros amigos do Plateau Vivarais-Lignon,

Os três anos que passei no Colégio Cévenol foram dos mais felizes da minha vida. Foi lá que escrevi os meus primeiros livros, entregue à alegria familiar e ao ensino. Estes trabalhos têm a marca da experiência partilhada à volta do colégio, da vila e das diversas comunidades do Plateau.

Essa memória não é apenas minha, mas atravessa também a vossa: por não ter conhecido diretamente os anos de chumbo, recolhi a sua memória ainda fresca, nesse Verão de 1945. E é ela que evoco hoje através das camadas sucessivas da grande memória de uma vida longa.

Entre os temas que me haveis proposto, escolhi, com o vosso acordo, dizer algumas palavras sobre “o bom uso das feridas da memória”. A esse respeito, a história do Plateau inscreve-se na de meados do século XX, marcada por tantas destruições, extorsões, atrocidades em massa, como por tantos atos de heroísmo extremo e também de heroísmo comum que abundam no Plateau. Mas não devemos deixar de prolongar essa história de ruído e furor na da libertação, da paz reencontrada, da reconstrução e da reconciliação europeia.

As feridas de que se trata aqui são simultaneamente feridas da memória pessoal, impressas por vezes na carne pela perda de um ente querido e feridas da memória coletiva, infligidas pela violência da história no sentido da libertação e da justiça. A esse respeito, é preciso recordar o paradoxo da memória que faz com que não haja nada de mais pessoal, de mais íntimo e mais secreto do que a memória, mas que as memórias de uns e de outros,

entre parentes, vizinhos, estrangeiros, refugiados – e também adversários e inimigos – estejam incrivelmente enredadas umas nas outras ao ponto de, às vezes, já não se distinguir nas nossas narrativas o que é de cada um: as feridas da memória são, simultaneamente, solitárias e partilhadas.

O bom uso das feridas da memória começa pelo exercício do trabalho da memória. O seu carácter laborioso, como o indica a palavra, é uma luta em duas frentes. O primeiro obstáculo a combater é o esquecimento; já não esse esquecimento inexorável devido ao apagamento lento e dissimulado dos traços de toda a espécie de passado no nosso cérebro, no nosso espírito, nos nossos arquivos, nos nossos monumentos e até nos traços da nossa paisagem e no nosso meio ambiente; mas esse esquecimento ativo que consiste na hábil arte de iludir a evocação das recordações penosas ou vergonhosas, numa vontade fingida de não querer saber, nem de procurar saber. Nesse sentido, o trabalho da memória exige coragem face às tentações de um esquecimento que trabalha ao serviço da omissão final. É aqui que a obra museográfica tem uma das suas justificações: salvar os vestígios, procurá-los aí onde eles já estão ocultados, ou simplesmente recobertos pela inevitável renovação do nosso meio ambiente. São precisos lugares, estabelecimentos, instituições, encarregues de reunir, de proteger, e acompanhar com um discurso pedagógico, os vestígios das atividades e dos sofrimentos de outrora.

Mas o trabalho de memória conhece uma segunda frente: o perigo da repetição; essa forma de repisar as humilhações – mas também as ações heroicas – tem qualquer coisa de patológico, que impede o verdadeiro trabalho da memória que não se limita à caça dos factos, mas se dedica a explicar, a compreender, por meio de que engrenagens tudo aconteceu, de modo a purgar o coração do ódio, da vingança, assim como da glória vã. Compreender não impede de condenar e louvar, mas liberta as paixões da sua obsessão, que condena a memória a uma piedade imóvel. É sobre este trabalho de memória que se enxerta o dever de memória do qual desejo falar do ponto de vista das feridas da memória.

Gostaria contudo de intercalar entre o trabalho de memória e o dever de memória um intermediário, a consideração e a responsabilidade pelo futuro. Com efeito, a memória, prolongada pela história escrita, está essencialmente virada para o passado: ela é retrospectiva. No entanto, o trabalho da memória seria em vão se não ajudasse a viver no presente e a

projetar-se no futuro. Nesse sentido, a memória apenas contribui pela metade para a nossa identidade: colocarei essa metade sob o signo da “identidade narrativa”; o que nós somos não é um bloco imutável; é o produto de uma história de vida, enredada ela mesma na dos outros; assim, a nossa identidade é feita, por um lado, do que nós somos capazes de narrar de nós próprios numa narrativa de vida, ao mesmo tempo inteligível para a nossa razão e aceitável para o nosso coração. Mas há a outra metade da nossa identidade e de aquilo que a faz: eu vou colocá-la sob o signo da “promessa”, essa vontade de conservar a palavra que nos compromete para além de nós mesmos e assim nos conserva à altura dos nossos melhores projetos de vida pessoal e coletiva. É graças precisamente à promessa que o trabalho de memória é arrancado à repetição estéril, à nostalgia e ao ressentimento, - tal como à glória vã.

O dever de memória, de que se fala, hoje em dia, não é uma obrigação que se deveria opor ao trabalho de memória. Ele coroa-o. Em que aspeto? Em primeiro lugar, encoraja-o sob a forma de uma exortação a continuar a narrar, ainda e sempre; não se trata de um imperativo que visa intimidar os modestos e a denunciar os desertores. Uma exortação a fazer o trabalho da memória contra, simultaneamente, o esquecimento e a repetição nostálgica. O bom uso das feridas da memória resume-se na fidelidade a essa exortação. Além disso, o dever de memória confere uma dimensão moral e política ao dever de memória sob o signo da justiça. Fazer justiça aos de outrora, conhecidos, desconhecidos ou ignorados. O sentido da justiça não visa estabelecer uma escala dos méritos, mas ajudar cada um a encontrar o seu lugar e distância adequados em relação aos protagonistas que a nossa história nos fez cruzar em diversos papéis. Mas o sentido da justiça lembra-nos sobretudo duas coisas: que é, antes de mais, às vítimas que a justiça é devida, - mas que em todas as circunstâncias uma vida vale tanto como outra: nenhuma é mais importante do que outra.

Permitem-me ainda uma nota que nos conduz ao coração da memória das feridas passadas? Nem o trabalho de memória, nem o dever de memória podem ser levados a cabo sem um outro trabalho, o trabalho de luto. O luto é diferente da lamentação. É uma aceitação da perda dos entes queridos e de tudo aquilo que nunca mais nos será restituído. É preciso aceitarmos que haja o irreparável nas nossas posses, o irreconciliável nos nossos conflitos,

o indecifrável nos nossos destinos. Um luto conseguido é a condição de uma memória pacificada, e nessa medida, feliz.